



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/12/2013

INDICE

| | |
|------------------------------|-------|
| 1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 1.1. CNJ..... | 1 |
| 1.2. COMARCAS..... | 2 |
| 2. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 2.1. CNJ..... | 3 - 4 |

MARCADA para fevereiro a primeira audiência pública da história do Conselho Nacional de Justiça, para avaliar manifestações de órgãos públicos e civis. O objetivo é analisar a eficiência da primeira instância e aperfeiçoamento legislativo voltado ao Poder Judiciário. A audiência pública será dividida em dois blocos temáticos, a serem realizados dias 17 e 18 de fevereiro.

Rápidas

Saúde

SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO - Uma iniciativa do titular da Comarca de São Domingos do Azeitão, juiz Jorge Antonio Sales Leite, garantiu o atendimento psiquiátrico às comunidades do município e de Benedito Leite (termo judiciário). Iniciado terça-feira (24), o atendimento a pessoas com transtornos mentais por médico psiquiatra é fruto de um "processo de convencimento" realizado pelo magistrado junto aos gestores dos municípios e que resultou no convênio que tem por objeto o atendimento citado. Segundo Jorge Sales, esse processo (convencimento) foi motivado pelas dificuldades verificadas.

Pacto pelos direitos humanos

Reunião com profissionais de diversas áreas, na sede da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, elaborou propostas para OEA, que discute os problemas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

POLÍCIA 2

DIREITOS HUMANOS

Pacto para elaboração de propostas para OEA

Em reunião realizada na manhã da última segunda-feira (23) na sede da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), profissionais de diversas áreas começaram a trabalhar em uma proposta de plano de ação para o enfrentamento a diversos problemas recentemente observados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com duas rebeliões sangrentas de outubro para cá e um saldo de ao menos 18 mortos.

A SMDH encaminhou em novembro passado petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando o Estado brasileiro por violações de direitos humanos e pelas mortes ocorridas no complexo. A OEA fez recomendações ao Estado brasileiro, que precisa adotar medidas urgentes para evitar novas mortes em Pedrinhas. Os governos federal e do Maranhão foram oficiados pela SMDH, que solicitou audiências para tratar do assunto. "Com esta reunião, a SMDH pretende colaborar com a elaboração deste plano de trabalho, visando o fim das mortes em Pedrinhas, o problema da superlotação, entre outros. A responsabilidade é dos órgãos públicos, mas como autores da denúncia podemos e queremos dar nossa contribuição", afirmou Joisiane Gamba, assessora jurídica da entidade.

Participaram da reunião profissionais das áreas do Direito, Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Comunicação, entre técnicos, estagiários e voluntários da SMDH. "A SMDH tem feito um trabalho de acom-

panhamento psicológico e sociojurídico junto às famílias dos detentos assassinados na rebelião de outubro, e isso tem sido uma experiência e uma oportunidade riquíssimas para mim, de aprendizado e de poder contribuir com a mudança dessa trágica realidade no Maranhão", afirmou Vitor Barata, estudante do 1º período de Psicologia da UNDB, voluntário da SMDH.

Propostas

Entre as principais propostas elencadas no documento - ainda em construção, outra reunião deve acontecer ainda esta semana, após o Natal - estão a suspensão imediata do recebimento de novos detentos oriundos do interior do estado, a transferência urgente de detentos com doenças graves, o pagamento de indenizações a familiares de detentos mortos no sistema prisional, a transferência de detentos da Cadel (Casa de Detenção) a local adequado, a investigação dos fatos e a revisão processual de todos os detentos do complexo.

"Há cerca de três anos um mutirão carcerário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) foi realizado em Pedrinhas. Por outro lado, a cultura do encarceramento, isto é, a realização de prisões por qualquer motivo, por pequenos delitos, quando há outras formas de fazer cumprir a lei de execução penal, não contribui para a diminuição da população carcerária. Por isso uma nova e urgente revisão processual se faz necessária", afirmou Igor Almeida, assessor jurídico da SMDH. A entidade ainda não teve retorno dos órgãos a quem solicitou audiência.



SMDH vai apresentar propostas aos governos federal e estadual